



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE – CEARÁ

REQUERIMENTO Nº 002/2016

O Vereador MARCOS AURÉLIO DE ARAÚJO, da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte vem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido este egrégio Plenário, requerer da Presidência da Mesa Diretora da Câmara que encaminhe ofícios aos 22 (vinte e dois) Deputados Federais e 03 (três) Senadores que integram as bancadas do Estado do Ceará na Câmara e no Senado Federal, solicitando destes representantes que se manifestem contrários à proposta de reforma no sistema de Previdência Social em que um dos principais objetivos será a redução dos gastos com aposentadorias, sendo que uma das propostas será o aumento da idade mínima para novas aposentadorias.

Segundo o parlamentar que abaixo subscreve, trata-se de uma medida que afetará sobretudo a classe trabalhadora e as camadas mais pobres da nossa população.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, em 20 de janeiro de 2016.

MARCOS AURÉLIO DE ARAÚJO
Vereador



**2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 14ª LEGISLATURA DO DIA 22 DE JANEIRO DE 2016.**

Única Discussão e Votação do REQUERIMENTO Nº 002/2016, de autoria do Vereador Marcos Aurélio de Araújo, que requer da Presidência da Mesa diretora da Câmara encaminhe ofícios aos 22 (vinte e dois) Deputados Federais e 03 (três) Senadores que integram as bancadas do Estado do Ceará na Câmara e no Senado Federal, solicitando destes representantes que se manifestem contrários à proposta de reforma no sistema de Previdência Social, em que um dos principais objetivos será a redução dos gastos com aposentadorias, sendo que uma das propostas será o aumento da idade mínima para novas aposentadorias.

Vereadores	VOTO			
	SIM	NÃO	ABST	AUS
<i>Edicélio Targino de Souza</i>	X			
<i>Francisca das Chagas Maia Moreira</i>	X			
<i>Francisco Feitosa Guimarães</i>	X			
<i>Francisco Hilário de Oliveira</i>				X
<i>Francisco Massoloni da Silva</i>	X			
<i>Lindalva Batista Linhares</i>	X			
<i>Marcos Aurélio de Araújo</i>	X			
<i>Naurides Gadelha de Almeida</i>	X			
<i>Paulo Maciel de Oliveira</i>	X			
<i>Pedro Nogueira Ferreira</i>				X
<i>Raimundo Lucieudo de Sousa Sena</i>				

Obs: Cumprindo os art. 125 e 190, VI, do Regimento Interno.

RESULTADO:

APROVADO por
 unanimidade
 votos favoráveis
 votos contra
 abstenções
 ausentes

Única Discussão – 2ª Sessão Ordinária - 22/01/2016.


Raimundo Lucieudo de Sousa Sena
Presidente

18/01/2016

Proposta de reforma da Previdência divide senadores

O governo federal pretende enviar este ano ao Congresso uma proposta de reforma no sistema de Previdência Social em que um dos principais objetivos é a redução dos gastos com aposentadorias. O anúncio foi feito pela presidenta Dilma Rousseff no início do mês e tem dividido opiniões no Senado.

No Brasil, há três regimes diferentes para aposentadoria: o dos servidores militares, dos servidores públicos e o Regime Geral, que engloba a maior parte dos trabalhadores. O gasto estimado do governo com o regime geral em 2015 foi de R\$ 440 bilhões (o valor real deve ser divulgado em maio). Até outubro do ano passado, o déficit passava de R\$ 82 bilhões. Uma conta que fica cada vez mais difícil de fechar diante de um perfil demográfico que vem mudando. De acordo com o IBGE, a média de filhos por família tem caído. Já a expectativa de vida é cada vez maior. Fatores que impactam diretamente a Previdência.

O consultor do Senado Gilberto Guerzoni explica que, pelas regras atuais, uma mulher pode se aposentar aos 44 anos de idade — caso tenha começado a trabalhar aos 14, por exemplo. Com isso, ela vai ter trabalhado durante 30 anos, mas ficar aposentada durante outros 30 anos ou mais. Ou seja, pode ficar mais tempo aposentada do que ficou trabalhando, o que é insustentável do ponto de vista do equilíbrio do regime previdenciário.

Limite de idade

Fixar um limite mínimo de idade para aposentadoria é uma das medidas que devem ser propostas pelo governo na reforma que pretende encaminhar ao Congresso, como sinalizou a presidente Dilma. Atualmente, enquanto os servidores públicos tem idade mínima de 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens) para se aposentar, os servidores do regime geral têm como única exigência o tempo de contribuição.

“O Brasil vai ter de encarar a questão da Previdência. Nós estamos envelhecendo mais e morrendo menos. Nossa expectativa de vida nos últimos anos aumentou talvez de forma bastante significativa, em torno de 4,6 anos. Isso implica que é muito difícil você equacionar um problema. Não é possível que a idade média de aposentadoria no Brasil seja de 55 anos. Para as mulheres, um pouco menos”, argumentou a presidenta.

Para Guerzoni, a medida é necessária. “Existem poucas experiências internacionais em que você não tem limite de idade para aposentadoria, porque previdência não é um prêmio. Previdência é uma forma de substituir a renda quando a pessoa perde a capacidade de trabalhar, seja por doença ou por idade avançada. Permitir que as pessoas se aposentem muito cedo, do ponto de vista da lógica previdenciária, é um problema”, afirmou o consultor.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) concorda que a reforma é necessária. “Criamos um sistema que vai quebrar. Foi resultado da pressão democrática das corporações, interessadas na aposentadoria. E não tivemos ninguém que desse a perspectiva da solidez financeira do



MARCOS AURÉLIO DE ARAÚJO
Vereador

sistema. Temos que fazer uma reforma para proteger os aposentados de hoje e os aposentados do futuro”, avaliou.

Audiência pública

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) está preocupado com a reforma anunciada pela presidenta e avisou que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) deve promover audiência pública sobre o tema, tão logo os trabalhos sejam retomados na Casa. Em nota, o senador criticou propostas como a idade mínima de 65 anos para efeito de aposentadoria para homens e mulheres e a desvinculação do salário mínimo dos benefícios previdenciários.

“Na primeira semana de fevereiro, com o fim do recesso, a Comissão de Direitos Humanos chamará uma audiência pública para que a sociedade civil se mobilize contra esta barbárie”, afirmou no comunicado.

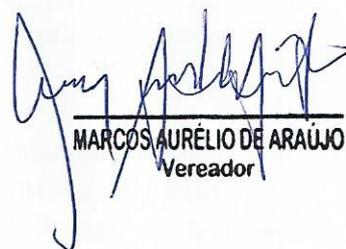
Paim também disse que não permitirá que a Previdência seja a “tábua de salvação” da economia. E lembrou que o governo retomou o fator previdenciário, cálculo que reduz o benefício de quem se aposentar mais cedo. Para não perder com o fator previdenciário, o trabalhador poderá optar pela fórmula 85/95, que consiste na soma do tempo de contribuição com a idade para o pagamento integral do teto da Previdência.

Ano eleitoral

Ex-ministro da Previdência, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), considera a reforma essencial, mas disse que duvida da aprovação de mudanças na concessão da aposentadoria em um ano de eleições municipais, como 2016.

“Em um ano eleitoral, e a reforma da Previdência, claro, exige da parte do parlamentar um certo espírito de renúncia em relação às pessoas que se aposentaram e estão para se aposentar e cria um certo temor que determinadas garantias serão abolidas”, reconheceu.

Em seu Twitter, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) também questionou mudanças nas regras da Previdência. Para ele, “mexer no teto de aposentadoria prejudica os que mais cedo começaram a trabalhar”.



MARCOS AURÉLIO DE ARAÚJO
Vereador

Governo vai apresentar proposta de reforma da Previdência em 2016

Segundo o ministro chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, o governo trabalha com até quatro cenários de adoção da idade mínima

Da Redação (redacao@correio24horas.com.br)

22/12/2015 22:52:00

C c e

Atualizado em 22/12/2015 23:11:22

A presidente Dilma Rousseff vai se reunir com os ministros da área econômica, na próxima segunda-feira para preparar um pacote de medidas econômicas que pretende apresentar ao Congresso no retorno do recesso parlamentar.

“Na volta do Natal, no dia 28, a presidente deve ter uma reunião com a equipe (econômica) e com os ministros do Palácio (do Planalto) para uniformizar a fala e preparar um conjunto de medidas que ela vai que apresentar ao Congresso no retorno”, informou, ontem, o ministro chefe da Casa Civil, Jaques Wagr em entrevista no comitê de imprensa do Palácio do Planalto.



(Foto: Agência Brasil)


MARCOS AURÉLIO DE ARAÚJO
Vereador

Uma das prioridades do governo no próximo ano é enviar ao Legislativo uma proposta de reforma da Previdência. Ele adiantou, sem dar detalhes, que o governo trabalha com até quatro cenários de adoção idade mínima. Segundo ele, essas hipóteses tratam de simulações sobre as regras de transição que podem ser adotadas, mas serão discutidas com os partidos da base aliada no Legislativo a fim de se buscar um consenso.

Empossado no cargo nesta terça (22), o novo ministro do Planejamento, Valdir Simão, ressaltou que a reforma da Previdência será a prioridade do governo para próximo ano. Ele disse acreditar que é possível aprovar a mudança em 2016. “Nós precisamos discutir alternativas para retardar a entrada na inatividade destacou. “Nós temos que adaptar o sistema para que ele tenha sustentabilidade, que ele se equilibre para garantir o benefício para as futuras gerações”, afirmou Simão em sua primeira entrevista como ministro do Planejamento.

Durante o discurso, ele também reforçou a necessidade de aprovação da reforma para garantir o equilíbrio atuarial das contas da Previdência. “O retardamento para a aposentadoria pode se dar pelo limite de idade ou por uma conjugação entre idade e tempo de contribuição. E isso tem que ser rapidamente debatido e buscaremos uma fórmula que atenda a nossa expectativa de médio e longo prazo e que possa ser aprovada pelo Congresso Nacional”, emendou. Apesar de ser considerado com um dos temas mais espinhosos para o governo, uma vez que afeta milhares de pessoas, o ministro defendeu que as discussões em torno da reforma da Previdência avancem, mesmo num período eleitoral. No próximo ano estão previstas as disputas municipais.



MARCOS AURÉLIO DE ARAÚJO
Vereador

Reforma da Previdência defendida por Dilma enfrenta rejeição do Congresso e até no Planalto

RACHEL GAMARSKI E BERNARDO CARAM - O ESTADO DE S.PAULO
08 Janeiro 2016 | 17h 00 - Atualizado: 08 Janeiro 2016 | 18h 36

Segundo parlamentares, propor mudanças estruturais nessa área em ano eleitoral pode inviabilizar a aprovação; centrais sindicais também já se articulam para fazer pressão contra

BRASÍLIA - Uma das maiores apostas do governo para diminuir as despesas obrigatórias, a reforma da Previdência Social encontra resistência tanto no Congresso - inclusive na base aliada - quanto em integrantes do próprio Planalto. Segundo parlamentares ouvidos pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, propor mudanças estruturais nessa área em um ano eleitoral como 2016 pode inviabilizar a aprovação. Centrais sindicais também já se articulam para fazer pressão contra a reforma.

Como um indicativo da dificuldade que o governo enfrentará, já há objeções ao pacote até mesmo dentro do PT. Segundo o líder interino do partido no Senado, Paulo Rocha (PA), a legenda não irá apoiar uma reforma que penalize os trabalhadores. "Nenhuma chance, o PT não vai topiar. Os avanços de direitos do trabalhador não podem ser colocados como culpados pela crise", disse.

A proposta ganha cada vez mais destaque nos discursos de governo, como um instrumento de "pós-ajuste fiscal". "Não é possível que a idade média de aposentadoria no Brasil seja de 55 anos", disse, em café da manhã com jornalistas.

Até novembro de 2015, segundo o Tesouro Nacional, o déficit do Regime Geral da Previdência Social era de R\$ 91,4 bilhões, um crescimento real de 38,9% na comparação com o mesmo período de 2014.

Fórum. Dilma anunciou que vai abrir o debate sobre o tema chamando o "Fórum de Trabalho e Previdência", formado por trabalhadores, empresários, governo e Congresso. O Fórum, criado em maio do ano passado, teve apenas duas grandes reuniões - em setembro e em dezembro. Paralelamente, grupos temáticos de trabalho tentam avançar no debate.

Até o momento, a principal proposta é a que institui idade mínima para aposentadoria de 60 anos para mulheres e 65 para homens. No fim de dezembro, o atual ministro da Fazenda, Nelson Barbosa disse a investidores que tem a intenção de enviar ainda no início do ano a proposta ao Congresso.

De acordo com o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, depois que a crise política se agravou, as discussões praticamente paralisaram. "Na hora da crise, ao invés de valorizar o debate, o governo acaba com ele", disse. O próximo encontro do Fórum está previsto para fevereiro, mês que constava do cronograma original como o prazo de conclusão dos trabalhos, com a apresentação de um relatório final, que deve ser adiado.

Na avaliação de um técnico do governo, a aprovação de medidas que interfiram nas regras previdenciárias em ano eleitoral é mais uma dificuldade que o governo precisará enfrentar.

Para o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), o Palácio do Planalto e o Congresso não podem agir, em ano eleitoral, pensando em ganhar votos. "A impopularidade da presidente se deu por isso, eu acho que o fato de ser um ano eleitoral é até bom para saber a

MARCOS AURÉLIO DE ARAUJO
Vereador

posição de cada um", afirmou.

Em busca de credibilidade com investidores, o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, tem frisado a necessidade de diminuir essa despesa, mas ainda não apresentou uma proposta fechada sobre o tema. Ao assumir a Fazenda, Barbosa recebeu de seu antecessor, Joaquim Levy, um projeto que economizaria R\$ 1 trilhão em 20 anos.

Modelo conservador. O modelo de Levy permitiria uma economia de R\$ 8 bilhões já em seu primeiro ano de implementação, mesmo com as medidas transitórias necessárias. Uma das maiores apostas de Levy era reduzir a discrepância entre a previdência básica e a rural. Ele chegou a apresentar suas intenções sobre o tema ao Fórum de Previdência, mas não foi bem visto pelos representantes do Ministério do Trabalho, que classificaram suas ideias como muito conservadoras.

Ainda na proposta encaminhada por Levy ao fórum, o ex-ministro da Fazenda sugeriu a criação de um mecanismo que permite, através de uma fórmula, que a cada dois anos trabalhados além dos 35 anos de contribuição, o beneficiário possa reduzir em um ano a idade mínima para aposentadoria.

Já Miguel Rossetto, ao tomar posse no Ministério do Trabalho e Previdência Social em outubro, colocou como prioridade a reforma da Previdência e prometeu, até o fim do ano passado, medidas iniciais para garantir a estabilidade das contas. Apesar disso, nenhuma proposta foi apresentada até o momento. A reedição da CPMF continua sendo a única aposta concreta do Planalto nessa área, embora no encontro de ontem com jornalistas, a presidente tenha dito que parte dos recursos provenientes do tributo irá para os Estados e municípios para resolver problemas enfrentados na saúde.

Um dos maiores focos de resistência da reforma previdenciária está no meio sindical. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do País e historicamente ligada ao PT, é "radicalmente contra" a reforma e vai mobilizar sua militância para combater a proposta. Segundo o secretário de finanças da CUT, Quintino Severo, a central segue a posição majoritária dos trabalhadores. "Vamos fazer enfrentamento, com mobilização, pressão e marchas. Esse é um tema que mobiliza os trabalhadores", disse.

De acordo com o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, a entidade irá trabalhar contra qualquer mudança que impacte diretamente o direito dos trabalhadores. Na avaliação do sindicalista, não há necessidade de mudanças na Previdência. "Queremos um raio-x amplo sobre o tema. As únicas informações que temos são as que o governo nos fornece. Tem muito contribuinte devendo, o governo precisa melhorar a fiscalização e eficiência", disse.



MARCOS AURÉLIO DE ARAÚJO
Vereador